

APPS DIRECIONADOS AO ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA

Everton Carniato Firmino de Oliveira¹, Iara Carnevale de Almeida²

¹Acadêmico do Curso de Engenharia de Software, Universidade Cesumar - UNICESUMAR, Maringá/PR.
Bolsista do PIBIC/ICETI-UniCesumar. everton.carniato@gmail.com

²Orientadora, Doutora, Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações, UNICESUMAR. Pesquisadora e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI.

RESUMO

Este período de isolamento social, devido a pandemia COVID-19, têm demonstrado que o índice de denúncias e casos de agressão contra a mulher, dentro de seu próprio domicílio, tem aumentado consideravelmente em vários países, incluindo o Brasil. Esta pesquisa tem, como objetivo geral, verificar quais são os atuais aplicativos para dispositivos móveis que pretendem auxiliar as mulheres que sofrem violência doméstica, tanto de seus parceiros quanto de ex-parceiros íntimos. Este auxílio pode ser, por exemplo, através de um botão do pânico com comunicação direta com órgãos oficiais, fonte de informação sobre órgãos de apoio à mulher, recursos para gravar situações para constituir provas, entre outros. Pretende-se, portanto, realizar uma pesquisa exploratória de forma a detectar quais são os aplicativos existentes, procurando compreender os recursos e as funcionalidades apresentadas, as regras de negócio estabelecidas, como são as linhas de comunicação entre os órgãos competentes, procurando determinar as facilidades como também as dificuldades destes aplicativos. Um critério importante a ser considerado é que a maioria dessas mulheres possuem dificuldade financeira e, portanto, os Apps devem ser de fácil acesso e uso. Caso se faça viável, este estudo pretende a construção de um projeto de software que seja adequado ao perfil dessas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: violência doméstica; enfrentamento violência; projeto de software; usabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres praticadas pelos seus parceiros ou ex-parceiros íntimos, é entendida e já discutida como questão de saúde pública e de violação dos direitos humanos, com impactos sobre a saúde e a qualidade de vida das vítimas (MILLER, MACWAN, 2019; BARUFALDI et al., 2017; LIEBSCHUTZ, ROTHMAN, 2012). Sabendo disso, e considerando o cenário atual da pandemia da COVID-19, com o isolamento social proposto pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020), sendo uma forma necessária de inibir a transmissão entre humanos, desacelerar o contágio e, conseqüentemente, diminuir e postergar o pico da curva epidêmica (GARCIA, DUARTE, 2020), é de se imaginar que o número de mulheres agredidas em função da quarentena iria aumentar, o que se tornou uma realidade e tem chamado a atenção dos especialistas.

Peterman(2020) salienta que o confinamento fez aumentar a incidência de violência contra as mulheres ao redor do mundo. Hodiernamente, mais de 40% das brasileiras são agredidas em seus domicílios (NEME e SOBRAL, 2019), dado que desconstrói a crença na segurança do espaço doméstico e revela o contrassenso de que as mulheres não estão amparadas em seus próprios domicílios. Portanto, um dos problemas que a pandemia da Covid-19 evidenciou foi que a violência contra as mulheres é também uma pandemia, ainda que silenciosa.

Na China, as denúncias triplicaram desde os primeiros meses de confinamento. Há também relatos de agressões às mulheres na Itália, França, Espanha (VIEIRA, GARCIA, MACIEL, 2020), Austrália, Brasil e Estados Unidos (PETERMAN et al., 2020). Entre o dia primeiro e 25 de março, no Brasil, a Central de Atendimento à Mulher (Disque 180), recebeu 18% mais ligações de denúncias e 90% desses casos estavam relacionados ao Covid-19 (VIEIRA, GARCIA, MACIEL, 2020). Tal fato evidencia a importância das reflexões futuras sobre como realizar proteção às mulheres em situações de excepcionalidade, como as

pandemias regionais ou globais, que exigem o confinamento social e que modificam a estrutura doméstica, deixando as mulheres mais vulneráveis.

O isolamento social tem, portanto, tornado as mulheres mais vulneráveis e com maior dificuldade para, em casos de agressão, buscar apoio, seja nas redes sócio humanas, formadas por parentes e amigos, seja nas redes sociotécnicas e socioinstitucionais, que passam de funcionar de maneira limitada durante o período de confinamento (DUTRA, VILLELA, 2013). Segundo estes mesmos autores, no isolamento as mulheres são mais vigiadas e sofrem maior controle sobre suas finanças. Mulheres pobres e negras estão mais vulneráveis, evidenciando a necessidade de atenção aos determinantes sociais da saúde (SCHRAIBER et al., 2007).

Este estudo pretende, portanto, colaborar no enfrentamento dessa situação de violência doméstica contra mulheres. Pretende-se detectar quais são os aplicativos já existentes, procurando compreender as suas funcionalidades, seus recursos, regras de negócio, entre outros, levando em conta que a maioria dessas mulheres são pobres e, portanto, deve ser fácil acesso e uso. Para tal, serão analisados aplicativos já existentes, procurando compreender as facilidades e/ou dificuldades, visando verificar a viabilidade de uso por mulheres com dificuldade econômica.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia científica é de natureza aplicada com abordagem mista (quantitativa). Além disso, dada a combinação de conhecimento entre as diferentes áreas do saber - Gestão do Conhecimento, Engenharia de Software, e Tecnologia da Informação e Comunicação, e Saúde da Mulher -, este projeto tem um caráter transdisciplinar. Foi feita uma pesquisa exploratória por aplicativos disponíveis, numa abordagem similar à Revisão Sistemática de Literatura (RSL), baseada em Biolchini et al. (2005) e Kitchenham & Charters (2007), realizando as seguintes etapas:

1. Definição do problema de pesquisa: “Quais são as facilidades e/ou dificuldades de uso de aplicativos de intervenção em situações de violência doméstica?”.
2. Definição das palavras chaves: “violência doméstica”.
3. Seleção das fontes de dados: Lojas de aplicativos disponíveis nos smartphones.
4. Relevância, com critérios de inclusão e de exclusão: as fontes foram verificadas e classificadas de acordo com a sua relevância para o tema do projeto, levando em conta os seguintes critérios: (a) critérios de inclusão: produto de software disponível nos últimos 10 anos; em português ou inglês; estar relacionados ao tema estudado; estar disponível para download/execução e sem custo associado; (b) critérios de exclusão: não atender os critérios de inclusão.
5. Procedimentos de seleção: os aplicativos que satisfazem os critérios de inclusão e exclusão foram selecionados.
6. Análise: detectada a importância do aplicativo, pela pontuação dos usuários e comentários de usuários. Para realização de testes nos apps, eles seriam baixados e utilizados, porém alguns necessitavam de medida protetiva e os outros foram através
7. Extração e apresentação dos resultados: realizada análise qualitativa com enfoque descritivo sobre todos os estudos primários, visando satisfazer o problema de pesquisa proposto.
8. Validação dos resultados obtidos junto aos pesquisadores da área de Apoio à mulher.

Salienta-se que, para a condução deste estudo foi adaptada a moldura teórica proposta por (Levac; Colquhoun; O'Brien, 2010). A moldura teórica mantém-se flexível para esclarecer conceitos e rever a questão do levantamento à medida que o projeto de pesquisa avança. Estes mesmos autores apresentam recomendações que incluem as seguintes etapas:

1. Esclarecer e vincular o propósito e a questão de pesquisa.
2. Equilibrar a viabilidade com amplitude e abrangência do processo de escopo.
3. Usar uma abordagem de equipe iterativa para selecionar estudos e extrair dados.
4. Incorporar um resumo numérico e uma análise temática qualitativa, relatando resultados e considerando as implicações dos resultados do estudo para política, prática ou pesquisa.
5. Incorporar consultas com as partes interessadas como um componente de tradução do conhecimento exigido na metodologia do estudo de alcance.
6. Opcional - propor considerações adicionais para metodologia de estudo de alcance para apoiar o avanço, a aplicação e a relevância de estudos no escopo da pesquisa desenvolvida.

A metodologia deste estudo assenta nas primeiras seis etapas. A última etapa, apesar de ser opcional, acrescenta valor à investigação uma vez que permite a transferência de conhecimento. O mapeamento de conhecimento através desta moldura teórica visa identificar a extensão, os conceitos chave, as fontes de evidência e falhas na literatura e informação existente, permitindo apurar se o conhecimento é vasto e diversificado ou se pelo contrário não existe informação suficiente sobre o tema abordado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Impulsionado pelo contexto e justificativa do projeto, foi iniciada a pesquisa exploratória nas lojas de aplicativos mais conhecidas, e também em notícias recentes anunciando aplicativos que ajudam no enfrentamento da violência doméstica, pois esses teriam maior visibilidade pelas mulheres e possivelmente mais completos em relação a outros.

Com a análise dos resultados obtidos, foi perceptível uma semelhança entre os apps e assim foi possível classificar os resultados conforme três categorias que se diferenciam com base no tipo de acesso e função do aplicativo.

3.1 APPS DE ACESSO LIVRE

São os aplicativos de livre acesso, qualquer pessoa consegue realizar a instalação e utilizá-lo de maneira gratuita, além de possuir uma ou mais funcionalidades que vão além de apenas informar o usuário que está utilizando, como botão do pânico que serve para acionar a delegacia da mulher passando a localização do smartphone por exemplo, questionário para avaliar se a usuária está passando por violência, bate-papos online e fóruns para conversar com outras mulheres que estão passando pelo mesmo. Durante a pesquisa também foram encontradas ferramentas que não são aplicativos de fato, mas são relevantes de terem uma posição neste trabalho.

3.2 APPS DE ACESSO POR MEDIDA PROTETIVA

Alguns desses aplicativos possuem funcionalidades semelhantes aos apps de acesso livre, porém são mantidos por instituições públicas. A instalação deles são livres para qualquer pessoa, porém para utilizar o aplicativo é necessário existir uma medida protetiva para a mulher.

3.2 APPS DE CONSCIENTIZAÇÃO

Esses aplicativos não possuem funcionalidades que auxiliam no enfrentamento da violência contra a mulher de forma “direta” como os apps de acesso livre, porém são aplicativos que apoiam as mulheres disseminando informações necessárias para quem estiver interessado em saber mais sobre como denunciar, telefones úteis, etc.

Com isso, obtemos os seguintes resultados, classificados por: acesso livre; acesso por medida protetiva; e de conscientização.

Quadro 1: Apps levantados e classificados na pesquisa.

1. Acesso Livre	2. Acesso Por Medida Protetiva	3. Conscientização
<ol style="list-style-type: none"> 1. SOS Mulher (MP - Amapá) 2. SOS Mulher Brasil 3. PenhaS 4. SOS - Lei Maria da Penha 5. Salve Maria (Uberlândia) 6. Salve Maria (Piauí) 7. SOS Mulher PB 8. Parápaz Acolhe 9. Apoio Vítima 10. ISA.bot 	<ol style="list-style-type: none"> 1. SOS MULHER (PM-SP) 2. SOS MARIA DA PENHA (PM - PA) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lei Maria da Penha 2. Violentômetro 3. Conscientizando

Durante a análise de cada aplicativo, foi notado que as avaliações de grande parte dos aplicativos é consideravelmente baixa, vários depoimentos de mulheres dizendo que o aplicativo em questão não funciona, o que traz a sensação de ainda existir uma necessidade no mercado de aplicativo que realmente apoie as mulheres no enfrentamento da violência doméstica. Também vale ressaltar que os aplicativos analisados são, em sua maioria, os disponíveis na loja de dispositivos com o sistema Android, uma vez que são dispositivos de mais fácil acesso para mulheres que não possuem uma boa condição financeira ou até mesmo passam necessidade. Um outro ponto interessante da pesquisa, é que alguns aplicativos de acesso livre, como o SOS Mulher Brasil, já foram notados pelo poder público, ganhando destaque com notícias e até mesmo apresentação aos políticos em Brasília, ou também o ISA.bot, que é apoiado por empresas com grande reconhecimento no mundo todo, como a Google e o Facebook.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que o cenário pandêmico que estamos inseridos com o isolamento social recomendado pela OMS, resultou no aumento de casos de violência contra a mulher, como mostram as notícias e os especialistas, além de, em alguns locais, impedir que os serviços de apoio comuns funcionem normalmente. Sendo assim, a mulher precisa buscar maneiras alternativas de conseguir apoio e de enfrentar a violência, e esses meios existem, algumas opções foram listadas neste trabalho, mas muitas delas possuem avaliações negativas nas lojas onde são disponibilizadas, isso mostra que a mulher ainda não tem um facilitador

realmente eficiente no enfrentamento da violência sofrida dentro de seu lar. Entretanto, os aplicativos existentes estão melhorando a cada dia, e o nascimento de novos meios que facilitem esse apoio à mulher é constante, muitas vezes feitos por iniciativa pública, como projetos do governo municipal, estadual e federal, além de aplicativos apoiados pela polícia e pelo ministério público.

Salienta-se que, por causa da pandemia da Covid-19, não foi possível realizar a etapa de "Validação dos resultados obtidos junto aos pesquisadores da área de Apoio à mulher". Esta fase é muito importante de ser realizada, mas, para tal, necessita aguardar a liberação de encontros presenciais pois há necessidade de demonstração e experimentação dos diferentes apps por pesquisadores da área de Apoio à mulher que não possuem habilidades na área da informática e, portanto, necessitam de apoio técnico.

REFERÊNCIAS

BARUFALDI, L. A. et al. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2929-2938, set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413.

GARCIA, L.P.; DUARTE, E. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v.29, n.2, e2020222, 2020. Disponível <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222020000200100&lng=en&nrm=iso.

MILLER, E., MACWAN, B. Intimate Partner Violence. *The England Journal of Medicine*. February, 28, 2019. p. 850-857. Disponível: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30811911>

NEME, C.; SOBRAL, I. Principais Resultados. Visível e invisível. A vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto Data Folha, 2019. Disponível: <http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>.

PETERMAN, A. et al. Pandemics and violence against women and children. Working paper 528. Center for Global Development. Apr. 2020. Disponível: <https://www.cgdev.org/sites/default/files/pandemics-and-vawg-april2.pdf>.

RIES, E. A Startup Enxuta. SZLAK, C. Leya Casa da Palavra (ed). 2012 ISBN: 8581780040

SCHRAIBER, L.B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Rev Saúde Pública* 2007;41(5):797-807. Disponível: https://assets-compromissoeatitudeipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/05/LILIABLIMASCHRAIBER_prevalenciaviolenciamulherporparceirointimo2007.pdf

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19. 20. Mar 2020. Disponível: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---20-april-2020>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global Status report on violence prevention, 2014. Geneva: WHO, 2014. Disponível: https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/status_report/2014/report/